PM PR

PM PR - POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ

GABARITANDO
450 Questões Gabaritadas
Cadete Policial Militar

EDITAL Nº1 – PC/CE, DE 14 DE ABRIL DE 2025

CÓD: OP-106AB-25
7908403573394

Questões Gabaritadas:

1. Língua Portuguesa 5
2. Informática 37
3. Raciocínio Lógico/ Matemático 45
4. Inglês 53
5. Estatuto da Criança e do Adolescente 73
6. Direito Constitucional e Direitos Humanos 83
7. Direito Administrativo 95
8. Direito Penal 111
9. Direito Processual Penal 127
10. Código Penal Militar 143
11. Código de Processo Penal Militar 153
12. Direito Civil 157

1. (2024)

Assinale a opção em que todas as palavras estão grafadas **corretamente.**

(A)veem – ideia – papéis
(B)jóia – assembleia – saúde
(C)feiura – paranoico – jibóia
(D)pônei – apóia – creem

2. (2024)

Leia o Texto.

A IA, os causídicos e o ChatGPT

O jornal espanhol El País fez interessante editorial sobre a coqueluche (ou a pandemia) do momento: a tal inteligência artificial ChatGPT.

Com o tempo, cada vez mais os sistemas IA farão interfaces com nossos dispositivos e se tornarão uma espécie de oráculos de nossas atividades profissionais.

É por isso que o jornal chama a atenção: **há riscos nisso** e devemos tomar medidas para mitigá-los antes que eles se tornem uma unanimidade. Uma **IADependência** (a palavra é minha).

Prós: sua capacidade de analisar grandes quantidades de dados e fazer previsões oferece uma assistência valiosa na previsão de desastres, diagnóstico de doenças, gerenciamento de recursos a longo prazo e eficiência no transporte. Suas habilidades já aliviam muitos meios de comunicação de acompanhar as flutuações da bolsa de valores, transmitir o futebol de ligas menores ou prever o tempo. E servem à educação, oferecendo a possibilidade de reforço personalizado em disciplinas especializadas, desde a matemática até o latim.

Contras: o fato é que não podemos automatizar estas funções sem mitigar as prováveis desigualdades que cresceriam exponencialmente, por exemplo, entre aqueles que mantêm acesso cada vez mais privilegiado a médicos, professores, secretários e jornalistas. Isto é: uma IA excludente.

Mais: a automação de serviços oferece vantagens econômicas às empresas, que podem estar abertas 24 horas por dia, sete dias por semana, sem pagar salários ou previdência social. Ao mesmo tempo, porém, constitui um risco para a privacidade e o cuidado do usuário, paciente e cidadão.

O ponto: é imperativo estabelecer diretrizes e regulamentos claros que garantam um princípio de transparência e responsabilidade no desenvolvimento e implementação de modelos automatizados, particularmente em empréstimos, saúde, contratação ou justiça criminal.

A diretriz ética inegociável: nenhuma IA pode nos substituir ou tomar decisões por nós; apenas nos ajudar a decidir, diagnosticar, pensar melhor.

Dilemas e perplexidades: como evitar assimetrias que surgirão entre aqueles com acesso privilegiado aos dados e à gestão de plataformas digitais e os nossos interesses, necessidades e diretrizes regulatórias?

Efeitos colaterais: altos custos ambientais. Modelos de treinamento como o GPT-3 exigem grandes quantidades de solo, minerais, fluidos, energia e capacidade computacional, e geram quantidades industriais de resíduos e gases de efeito estufa.

Conselho: devemos colocar nossa casa em ordem antes de deixá-la nas mãos da inteligência artificial. A pergunta: temos a casa em ordem?

Na rede social, ouvi (e assisti a) um diálogo em que um advogado diz que, no seu escritório, os advogados e estagiários usam o Google Bard e o ChatGPT para fazer petições. O que levava dias, agora leva apenas algumas horas. Acentua, ainda, que o advogado que hoje não entende que ele tem que usar a inteligência artificial do Google, perde mercado. Segundo o causídico, atualmente a competição não se dá entre advogados, e, sim, entre o advogado que usa inteligência artificial e o que não usa. E o diálogo se encerra com a "advertência de uma advogada", com ar professoral: **ou você usa o recurso para se aprimorar ou você está fora do mercado;** não tem o que fazer, não tem como você ficar criticando a inteligência artificial, ela não vai sumir.

E há um dado que é um chute na canela dos usuários da IA: o ChatGPT já faz textos melhores que a ampla maioria – mas ampla, mesmo – dos

formados em Direito**. O ChatGPT é melhor que o seu usuário.** Bem feito. Perdeu, mané. Daí a pergunta: somos capazes de construir máquinas que fazem as coisas melhores que nós e nós mesmos não conseguimos ser melhores do que somos? Será o nosso fim?

Não, não respondam.

Lenio Luiz Streck é professor, parecerista, advogado e sócio fundador do Streck & Trindade Advogados Associados: www.streckadvogados.com.br. Disponível em: https: //conjur.com.br. 14/03/2024. Acesso em 18/08/2024. Adaptado.

Há um sufixo formador de advérbio em

(A)automatizar.

(B)particularmente.

(C)desenvolvimento.

(D)inegociável.

3. (2024)

Considerando os processos de formação de palavras, assinale a afirmação verdadeira.

(A)A palavra "amparo" é formada por derivação regressiva, uma vez que a palavra primitiva é "amparar", que tem, na derivação, elementos suprimidos.

(B)Em "respectivamente", há derivação imprópria, pois ocorre mudança da classe gramatical original pelo contexto em que é aplicada.

(C)"Desordenado" é uma palavra formada por derivação parassintética, uma vez que se acrescentam um prefixo e um sufixo.

(D)A palavra "brasileiro" é formada por derivação prefixal, processo responsável por formar adjetivos gentílicos.

4. (2024)

Leia o Texto.

Inteligência Artificial no Mercado Editorial: Possibilidades e desafios éticos

Gabriel Cunha Leal de Araújo, 09/04/2024

O uso da Inteligência Artificial Generativa (IAG) e suas repercussões têm sido acompanhados nas mais diversas esferas, devido principalmente à facilidade que ela traz para produção de conteúdo e operacionalização das atividades de maneira automatizada. Um dos mercados mais impactados por essas novidades é o mercado editorial. Como veremos a seguir, a IA, apesar de trazer várias facilidades ao trabalho, também coloca a nossa frente novos desafios e exigências de seus profissionais. Requer, pois, um olhar crítico e aprofundado sobre as desigualdades que ela pode produzir, se for utilizada de forma incorreta.

O mercado editorial, e aqui pretendo me referir a ele em todas as suas possíveis ramificações, não apenas relacionadas aos grandes conglomerados editoriais de livros tradicionais, mas também à editoração científica e de conteúdo num geral, tem se beneficiado da utilização das diversas atribuições da IAG que fazem parte do seu rol de atividades. Desde a geração automática de conteúdo, passando pela revisão gramatical e até pela própria criação de ilustrações para publicação.

Algumas dessas tarefas, como a revisão gramatical, podem ser entediantes e dispendiosas, porém a utilização da IA pode favorecer o trabalho e facilitar essa rotina. Escrever um artigo científico e verificar se a normalização está de acordo com o solicitado pela revista é um compromisso muitas vezes mais técnico do que intelectual. Para quem já se esforçou intelectual e criativamente para a elaboração de ideias e de conteúdo, ter que se preocupar com a normalização pode ser muitas vezes frustrante. Nesse contexto, as ferramentas de IA são um importante auxílio para o autor e revisores. Podem ser ampliadas, por exemplo, se utilizadas como auxiliadoras no processo de tradução ou na geração de resumos, sob um posterior olhar profissional qualificado.

Entretanto, as possibilidades que a IA traz para o trabalho editorial, se forem usadas indiscriminadamente, podem muitas vezes esbarrar em uma área cinzenta: onde o que é ético ou não. Quando utilizamos a ferramenta não para correção, mas para geração de conteúdo, é **correto** aceitar uma autoria que na verdade não existe? É esperado que não saibamos as fontes exatas do que colocamos para publicação? É bom senso que consideramos como abstração intelectual um resultado proveniente de uma ferramenta estatística sofisticada de prospecção de palavras que imitam a linguagem humana? Até esse ponto podemos considerar uma ferramenta algorítmica como fonte de informação e de autonomia científica, criativa e intelectual?

Esses questionamentos, apesar de importantes, não abarcam nem a metade dos problemas que podemos ter com as IAs. Essas ferramentas também apresentam (em seu estado atual da arte) diversas questões complexas sobre sua construção. Os modelos de aprendizado profundo de má-

quina (Deep Learning) possuem um enorme custo de energia, e os recursos computacionais usados para treinar esses modelos produzem uma grande pegada de carbono. Além disso, questões intrínsecas à sua construção, como a opacidade algorítmica por trás dessas ferramentas e os próprios dados usados para alimentar e fomentar o aprendizado da máquina levantam questões relacionadas à privacidade e aos problemas relacionados ao treinamento por dados invejados e com potencial desinformativo.

A IA deve ser entendida como uma facilitadora para as atividades editoriais, e ser utilizada como os softwares de apoio no nosso dia a dia de trabalho. Ela precisa ser parte auxiliar do processo editorial, e não o processo editorial em si. Realmente queremos renunciar à sensibilidade artística dos ilustradores para terceirizar esse serviço às ferramentas de IA? O quão nocivo seria quebrar o contrato implícito entre o autor e seu público, que espera que ler algo produzido por ele, e não por uma inteligência artificial?

Não existe uma solução fácil nem definitiva quando tratamos do avanço da tecnologia de IA nas práticas editoriais. Assim como muitas das tecnologias disruptivas anteriores, ela vem consolidando seu espaço, e seu papel na otimização dessas práticas é inegável. Diante desse cenário, cabe a nós, como profissionais e cidadãos interessados, estabelecer os limites éticos de sua boa utilização, sempre tendo como norte a importância da atenção artística e intelectual humana na produção de conteúdo.

Disponível: https://portal.fgv.br/en/node/31487. Acesso em: 15/08/2024. Adaptação.

No texto, encontramos o vocábulo “cidadãos” que admite a única forma plural -ãos. A palavra que se flexiona seguindo a mesma regra é

(A)charlatão.
(B)guardião.
(C)tabelião.
(D)cristão.

5. (2024)

Leia o Texto.

A IA, os causídicos e o ChatGPT

O jornal espanhol El País fez interessante editorial sobre a coqueluche (ou a pandemia) do momento: a tal inteligência artificial ChatGPT.

Com o tempo, cada vez mais os sistemas IA farão interfaces com nossos dispositivos e se tornarão uma espécie de oráculos de nossas atividades profissionais.

É por isso que o jornal chama a atenção: **há riscos nisso** e devemos tomar medidas para mitigá-los antes que eles se tornem uma unanimidade. Uma **IADependência** (a palavra é minha).

Prós: sua capacidade de analisar grandes quantidades de dados **e fazer previsões oferece uma assistência valiosa na previsão de desastres,** diagnóstico de doenças, gerenciamento de recursos a longo prazo e eficiência no transporte. Suas habilidades já aliviam muitos meios de comunicação de acompanhar as flutuações da bolsa de valores, transmitir o futebol de ligas menores ou prever o tempo. E servem à educação, oferecendo a possibilidade de reforço personalizado em disciplinas especializadas, desde a matemática até o latim.

Contras: o fato é que não podemos automatizar estas funções sem mitigar as prováveis desigualdades que cresceriam exponencialmente, por exemplo, entre aqueles que mantêm acesso cada vez mais privilegiado a médicos, professores, secretários e jornalistas. Isto é: uma IA excludente.

Mais: a automação de serviços oferece vantagens econômicas às empresas, que podem estar abertas 24 horas por dia, sete dias por semana, sem pagar salários ou previdência social. Ao mesmo tempo, porém, constitui um risco para a privacidade e o cuidado do usuário, paciente e cidadão.

O ponto: é imperativo estabelecer diretrizes e regulamentos claros que garantam um princípio de transparência e responsabilidade no desenvolvimento e implementação de modelos automatizados, particularmente em empréstimos, saúde, contratação ou justiça criminal.

A diretriz ética inegociável: nenhuma IA pode nos substituir ou tomar decisões por nós; apenas nos ajudar a decidir, diagnosticar, pensar melhor.

Dilemas e perplexidades: como evitar assimetrias que surgirão entre aqueles com acesso privilegiado aos dados e à gestão de plataformas digitais e os nossos interesses, necessidades e diretrizes regulatórias?

Efeitos colaterais: altos custos ambientais. Modelos de treinamento como o GPT-3 exigem grandes quantidades de solo, minerais, fluidos, energia e capacidade computacional, e geram quantidades industriais de resíduos e gases de efeito estufa.

Conselho: devemos colocar nossa casa em ordem antes de deixá-la nas mãos da inteligência artificial. A pergunta: temos a casa em ordem?

Na rede social, ouvi (e assisti a) um diálogo em que um advogado diz que, no seu escritório, os advogados e estagiários usam o Google Bard e o ChatGPT para fazer petições. O que levava dias, agora leva apenas algumas horas. Acentua, ainda, que o advogado que hoje não entende que ele tem que usar a inteligência artificial do Google, perde mercado. Segundo o causídico, atualmente a competição não se dá entre advogados, e, sim, entre o advogado que usa inteligência artificial e o que não usa. E o diálogo se encerra com a "advertência de uma advogada", com ar professoral: **ou você usa o recurso para se aprimorar ou você está fora do mercado;** não tem o que fazer, não tem como você ficar criticando a inteligência artificial, ela não vai sumir.

E há um dado que é um chute na canela dos usuários da IA: o ChatGPT já faz textos melhores que a ampla maioria – mas ampla, mesmo – dos formados em Direito**. O ChatGPT é melhor que o seu usuário.** Bem feito. Perdeu, mané. Daí a pergunta: somos capazes de construir máquinas que fazem as coisas melhores que nós e nós mesmos não conseguimos ser melhores do que somos? Será o nosso fim?

Não, não respondam.

Lenio Luiz Streck é professor, parecerista, advogado e sócio fundador do Streck & Trindade Advogados Associados: www.streckadvogados.com.br. Disponível em: https: //conjur.com.br. 14/03/2024. Acesso em 18/08/2024. Adaptado.

No texto, há o uso da flexão do plural do -ão tônico em "…e fazer previsões oferece uma assistência valiosa na previsão de desastres… O substantivo que pode apresentar até três formas do plural do -ão tônico é

(A)cidadão.
(B)charlatão.
(C)vilão.
(D)automação.

6. (2024)

Assinale a opção em que o verbo "estar" foi empregado **corretamente.**

(A)A comitiva de pastores estar próxima de chegar.
(B)Toda está comida será levada embora.
(C)Todos devem estarem para chegar.
(D)A caravana está prestes a sair em turnê.

7. (2024)

Texto

A quem a maternidade atrapalha?

Ações afirmativas, inclusive na ciência, são fundamentais para corrigir desigualdades Leticia de Oliveira - Professora da Universidade Federal Fluminense; *Parent in Science*

Fernanda Stanisçuaski - Professora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul; *Parent in Science* Patrícia Valim - Professora do Departamento de História da Universidade Federal da Bahia (UFBA); Rede Brasileira de Mulheres Cientistas

Nesta semana, o presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Ricardo Galvão, afirmou em um evento que o movimento *Paren In Science* "atrapalha muito". O professor declarou que o movimento atrapalha porque, supostamente, teria sugerido que as bolsas de produtividade em pesquisa do CNPq sejam avaliadas de maneira separada para homens e mulheres. Em nota divulgada nas nossas redes sociais, esclarecemos que nunca fizemos tal sugestão ao CNPq.

O *Parent in Science,* uma organização internacionalmente reconhecida e premiada, tem como objetivo principal destacar e abordar os desafios enfrentados por mães na comunidade acadêmica.

Relembrando a polêmica recente envolvendo o CNPq, é curioso e emblemático que Galvão tenha usado a mesma palavra que o parecerista do conselho usou para responder ao pedido da bolsa de produtividade da pesquisadora Maria Carlotto, da Universidade Federal do ABC, dizendo que suas gestações "atrapalharam" sua carreira científica.

Mas a quem a maternidade atrapalha, de fato? O movimento *Parent in Science* tem mostrado com dados que a parentalidade impacta a carreira es-

1. (2024)

A Unidade Central de Processamento (Central Processing Unit, CPU) é a parte do computador que interpreta e leva as instruções contidas no software.

Sobre as unidades que compõem uma CPU, assinale a afirmativa INCORRETA.

(A) Unidade de controle: é responsável por controlar e supervisionar todo o sistema de processamento.

(B) Unidade lógica e aritmética: é responsável por efetuar operações lógicas e aritméticas nos dados lidos.

(C) Unidade lógica e aritmética: realiza operações de soma, subtração, multiplicação; no entanto, não é capaz de testar algumas condições de processamento com os dados lidos.

(D) Unidade de controle: executa os comandos que envolvem o controle das unidades de entrada e a transferência dos dados para a memória, sendo os dados computados transferidos para as unidades de saída.

2. (2024)

Em um cenário onde um analista de ouvidoria precisa analisar grandes conjuntos de dados usando aplicações que realizam múltiplas operações simultâneas, qual componente do computador é primordial para garantir um desempenho eficiente e por quê?

(A) Placa de vídeo, pois processa todos os gráficos, permitindo uma melhor visualização dos dados.

(B) Disco rígido, já que armazena os dados e os torna acessíveis para as aplicações.

(C) Processador (CPU), devido à sua capacidade de executar cálculos e processar múltiplas tarefas simultaneamente.

(D) Fonte de alimentação, pois garante que todos os componentes recebam energia adequada para o funcionamento.

3. (2024)

Considerando as tecnologias de armazenamento de dados em computadores, avalie as seguintes afirmações e marque a correta:

(A) Os SSDs não possuem memória não-volátil e, portanto, perdem os dados quando desligados.

(B) HDDs utilizam discos magnéticos para armazenar dados, que são lidos e gravados por uma agulha.

(C) Os HDs, devido à sua natureza mecânica, possuem velocidades de transferência superiores aos SSDs.

(D) SSDs usam discos magnéticos que giram para ler e gravar dados, o que os torna mais rápidos do que os HDs.

(E) A interface SATA utilizada pelos SSDs não suporta velocidades de transferência superiores a 150 MB/s.

4. (2024)

As memórias RAM e ROM são utilizadas em computadores e operam de forma diferente uma da outra. Considerando as diferenças entre as memórias RAM e ROM, assinale a afirmativa **INCORRETA**.

(A) A memória RAM é uma memória volátil.

(B) A memória ROM é uma memória não volátil.

(C) O processador realiza operações de escrita quando necessário na memória ROM.

(D) A memória ROM é usada para armazenar instruções de inicialização (BIOS/UEFI) e firmware que são permanentes.

5. (2024)

Caso seja necessário modificar ou configurar parâmetros de todos os componentes ligados a uma placa-mãe de um computador, faz-se necessário acessar a:

(A) RAM

(B) UEFI

(C) SCSI

(D) PATA

6. (2024)

O hardware que desempenha um papel central na interconexão de todos os componentes e dispositivos de um sistema computacional é

(A) o modem.

(B) a memória.

(C) o processador.

(D) a placa-mãe.
(E) o disco rígido (HD).

7. (2024)

Evelyn tem um prazo para entregar um trabalho escolar e está imprimindo uma cópia para o professor. Ela utiliza um checklist para garantir que as margens, fonte, espaçamento e numeração de páginas estejam corretos. Analise as afirmativas a seguir e assinale a alternativa que contenham ações para se obter uma impressão de qualidade.

I – Verifique se há tinta ou toner suficiente na impressora para concluir a impressão. Substitua os cartuchos ou recarregue-os, se necessário.

II – Não é necessário alinhar corretamente o papel na bandeja; a impressora ajustará automaticamente.

III – Ajuste a resolução da impressora de acordo com suas necessidades. Impressões de alta resolução são ideais para imagens, enquanto textos podem ser impressos em uma resolução menor.

(A) I, II e III.
(B) I e II, apenas.
(C) I e III, apenas.
(D) II e III, apenas.
(E) Nenhuma das afirmativas estão corretas.

8. (2024)

Mariana está organizando seu casamento e precisa imprimir convites para os convidados. Ela verifica um checklist para garantir que os convites estejam formatados adequadamente, que o papel escolhido seja de alta qualidade e que a impressora esteja pronta para imprimir várias cópias. Analise as afirmativas a seguir e assinale a alternativa que contenham ações para se obter uma impressão de qualidade.

I – Não é necessário verificar as configurações de cor da impressora; elas são sempre automáticas.

II – Verifique se o driver da impressora está corretamente instalado no computador e atualizado para evitar problemas de compatibilidade.

III – Ajuste a resolução da impressora de acordo com suas necessidades. Impressões de alta resolução são ideais para imagens, enquanto textos podem ser impressos em uma resolução menor.

(A) I, II e III.
(B) I e II, apenas.
(C) I e III, apenas.
(D) II e III, apenas.
(E) Nenhuma das afirmativas estão corretas.

9. (2024)

É um aparelho que substitui o estabilizador e, além disso, evita que seu computador desligue em caso de falta total de energia elétrica.

Denomina-se:
(A) Slots.
(B) keyboard.
(C) Fonte de Alimentação.
(D) No-break.

10. (2024)

Quando falamos sobre as peças que compõem um computador, como processadores, placas-mãe, coolers ou disco rígido, podemos classificar todos eles como:

(A) Softwares.
(B) Midwares.
(C) Hardwares.
(D) Ramwares.

11. (2024)

Sobre a configuração para acesso e privacidade no sistema Windows, alguns aplicativos precisam acessar o sistema de arquivos do usuário, para maior aproveitamento no desempenho de suas funcionalidades. Contudo, o aplicativo deve solicitar esse acesso, e o usuário pode optar por permitir ou negar a solicitação. Uma justificativa para que a permissão de acesso seja avaliada pelo usuário é que

(A) os aplicativos podem acessar arquivos de conteúdo pessoal do próprio usuário.
(B) o software Windows não consegue habilitar o acesso automaticamente.
(C) os aplicativos preferem maior gentileza (etiqueta) para obter acesso aos dados.
(D) o software Windows não permite ao usuário alterar a permissão, caso mude de opinião.

RACIOCÍNIO LÓGICO/ MATEMÁTICO

1. (2024)

O professor decidiu desconsiderar, para cada um dos alunos, sua menor nota. A média final foi recalculada, para cada aluno, pela média aritmética simples, ou seja, a metade da soma das notas restantes deste aluno. Nesta nova modalidade de avaliação, qual destes alunos obteve a maior média nas provas?

Aluno	Nota Prova 1	Nota Prova 2	Nota Trabalho
Ana	8,5	7,0	9,5
Bruno	7,0	6,5	8,0
Carlos	9,0	8,5	7,5
Denise	6,5	7,5	9,0
Eduardo	8,0	9,0	8,5

(A) Ana
(B) Bruno
(C) Carlos
(D) Denise
(E) Eduardo

2. (2024)

O número de reclamações registradas pelo Sistema de Atendimento ao Cliente (SAC) de uma determinada agência bancária, nos quatro primeiros meses de 2024, está representado no Quadro a seguir.

Jan	Fev	Mar	Abr
640	480	800	720

O setor de melhoria da qualidade no atendimento ao cliente analisou os dados e concluiu que a média mensal nesses 4 meses foi 10% maior do que o valor médio mensal máximo estabelecido para essa agência.

Para que a média mensal de reclamações em 2024 seja igual ou menor do que a média mensal máxima estabelecida, é preciso que a média mensal de reclamações nos próximos 8 meses de 2024 seja de, no máximo,

(A) 530
(B) 540
(C) 560
(D) 570
(E) 580

3. (2024)

Definida no âmbito da estatística descritiva, a moda é

(A) única em um conjunto de dados e representa a média dos valores mais frequentes, sendo aplicável apenas a variáveis numéricas.
(B) uma medida de tendência central que não pode ser aplicada a conjuntos de dados com mais de um valor que se repete com frequência.
(C) o valor que mais se repete em um conjunto de dados, sendo aplicável tanto a variáveis numéricas quanto categóricas.
(D) determinada pela diferença entre o maior e o menor valor em um conjunto de dados, sendo um valor numérico, mesmo para dados categóricos.
(E) o valor que ocorre com menor frequência em um conjunto de dados, sendo utilizada para identificar anomalias ou valores extremos.

4. (2024)

Em um processo seletivo para determinado curso de mestrado de uma universidade, a prova teórica possuía questões que valiam 1, 2 ou 3 pontos, sendo 5 questões de cada valor. Após o resultado final, Joelma verificou que fez apenas 13 pontos. Qual a quantidade mínima de questões que Joelma pode ter acertado?

(A) 5.
(B) 7.
(C) 10.
(D) 13.

5. (2024)

Daniela é proprietária de uma empresa de eventos e está organizando um grande festival na praia, ao ar livre, e precisa calcular os seguintes aspectos logísticos:

- cadeiras e mesas – Para esse festival, serão necessárias 15 mesas com 8 cadeiras cada. Cada cadeira custa R$ 25,00 e cada mesa custa R$ 120,00.
- alimentos e bebidas – Para esse festival, o público estimado é de 250 pessoas que consumirão, em média, R$ 50,00 cada uma delas em alimentos e bebidas. (O custo de alimentos e bebidas é calculado com base no número de pessoas atendidas).
- transporte e montagem – O custo de transporte e montagem do evento é de R$ 2.500,00.

O custo total do evento, considerando o custo das cadeiras, mesas, alimentos e bebidas, transporte e montagem é

(A) R$ 14.800,00.
(B) R$ 17.500,00.
(C) R$ 12.500,00.
(D) R$ 19.800,00.

6. (2024)

Um veterinário detectou a presença de uma nova espécie de carrapatos super-resistentes e, diante da necessidade de exterminá-los, passou a observar o seu comportamento reprodutivo. No primeiro momento, isolou 4 carrapatos sob condições ideais de reprodução e percebeu que, semanalmente, a quantidade de carrapatos dobrava. Admitindo-se que essa estimativa seja válida e que essa espécie de carrapato viva mais de 20 semanas, pode-se afirmar que

(A) em 12 semanas, a população ainda não terá ultrapassado 10.000 carrapatos.
(B) em 5 semanas, haverá 512 carrapatos.
(C) após 8 semanas, a população será maior que 1000 carrapatos.
(D) após 3 semanas, a população de carrapatos será inferior a 20 carrapatos.

7. (2024)

Uma criança possui 9 bolinhas brancas, 12 bolinhas pretas e 21 bolinhas amarelas. Ela organizará as bolinhas em caixas, de modo que cada caixa tenha o mesmo número de bolinhas e cada cor fique igualmente distribuída nas caixas. Se ela deve usar a quantidade máxima de caixas possíveis para isso, qual a soma das quantidades de bolinhas brancas, pretas e amarelas que ficarão em cada caixa?

(A) 3.
(B) 7.
(C) 10.
(D) 14.

8. (2024)

Considerando o número 3237X, assinale a alternativa que indica o valor que deve substituir X para que o número seja divisível por 6:

(A) 8
(B) 0
(C) 4
(D) 2

1. (2024)
Text 1A2-I

In 2020, the state of California experienced its worst wildfire season on record, with the Bay Area fire becoming one of the largest wildfires in American history. By the end of the year, the state recorded more than 8,600 blazes that burned down over 4 million acres of land, accounting for more than 4% of the state's total land area.

California is known for its wildfire seasons, which usually take place between late summer and early autumn, though they have been getting significantly more intense, destructive, and longer in the past two decades. At least one-third of the worst wildfires in USA (United States of America) history occurred in California. But what causes California such susceptibility to wildfires in the first place and what is causing the exacerbation of it?

Wildfires can occur naturally and as a result of human activity, but three elements must be present for a wildfire to start. Fuel: Any flammable material surrounding a fire, which can come in the form of live or dead trees, dry vegetation, and other organic matter; Air: An abundance of oxygen supply. Heat sources: to ignite and burn the fuel. This could take the form of lightning strikes or human sources such as campfires or cigarettes.

Natural wildfires, which are classified as natural disasters by the Environmental Protection Agency, can start during low precipitation, dry weather and droughts. During these conditions, dry vegetation becomes the perfect fuel for wildfires and when lightning strikes, it ignites a fire that can spread rapidly with the aid of strong winds and elevated temperatures.

Internet: <earth.org> (adapted)

According to text 1A2-I, it is correct to affirm that
(A) there were more than eight thousand fires in California at the end of 2020.
(B) natural wildfires can be prevented when there is low precipitation, dry weather and droughts.
(C) most of the wildfires in California have been caused by human activity.
(D) one of the mildest wildfire seasons in California was in 2020.
(E) more than 30% of the worst wildfires in USA history took place in California.

2. (2024)
Text 19A4-I

It is a universal fact that cinema is a visual medium. Films have the power to overwhelm our senses as well as our minds, subjecting us to a variety of experiences that can range from the sublime to the devastating. Colours play a crucial role in this interesting phenomenon, forming an integral part of the composition of each frame and dictating how the viewer perceives the spectacle on the screen. Apart from the cinematic medium, colours have always been a part of our experience and how we make sense of the vastly nuanced world around us. Although science has definitively explained what colours are in terms of light, they have always mystified artists and philosophers like Arthur Schopenhauer and Ludwig Wittgenstein, who tried to understand their importance in anthropological frameworks.

More notably, the famous German poet and artist Johann Wolfgang von Goethe published a seminal exploration of colours in his 1810 work Theory of Colours. In it, he examined how each colour corresponds to various psychological states in the minds of human beings. He wrote, "Light and darkness, brightness and obscurity, or if a more general expression is preferred, light and its absence, are necessary to the production of colour… Colour itself is a degree of darkness." Goethe's theories might seem baselessly romantic in the 21st century but the underlying ideas have been implemented by filmmakers and cinematographers to curate the voyeuristic experiences of their audiences. Famed cinematographer Vittorio Storaro has based his artistic vision on Goethe's work, insisting that colours do have a direct connection to the mind of the viewer.

Internet: <https://faroutmagazine.co.uk> (adapted).

Based on text 19A4-I, choose the option that correctly presents Goethe's description of the relationship between light, darkness, and colour.

(A) Light is unnecessary for the production of colour.
(B) Light and its absence are crucial in producing colours.
(C) Darkness has no effect on the perception of colours.
(D) Light and brightness together create a spectrum of colours.
(E) Colour itself is a degree of brightness.

3. (2024)

How do stereotypes form? Our cultural milieu shapes our worldview in such a way that reality is thought to be objectively perceived through our own cultural pattern, and a differing perception is seen as either false or "strange" and is thus oversimplified. If people recognize and understand differing worldviews, they will usually adopt a positive and open-minded attitude toward cross-cultural differences. A closed-minded view of such differences often results in the maintenance of a stereotype—an oversimplification and blanket assumption. A stereotype assigns group characteristics to individuals purely on the basis of their cultural membership.

The stereotype may be accurate in depicting the "typical" member of a culture, but it is inaccurate for describing a particular individual, simply because every person is unique and all of a person's behavioral characteristics cannot be accurately predicted on the basis of an overgeneralized median point along a continuum of cultural

norms. To judge a single member of a culture by overall traits of the culture is both to prejudge and to misjudge that person. Worse, stereotypes have a way of potentially devaluing people from other cultures.

Both learners and teachers of a second language need to understand cultural differences, to recognize openly that people are not all the same beneath the skin. Language classrooms can celebrate cultural differences, and even engage in a critical analysis of the use and origin of stereotypes (Abrams, 2002). As teachers and researchers, we must strive to understand the identities of our learners in terms of their sociocultural background (Atkinson, 1999). When we are sensitively attuned to perceiving cultural identity, we can then perhaps turn perception into appreciation.

BROWN, H.Douglas. Principles of language learning and teaching. 2000. Adaptado

Still according to Brown, teachers and learners

(A) must be aware of the existence of stereotypes in classrooms.
(B) should recognize that stereotypes are undesirable and should be avoided.
(C) have to understand differences are part of the learning context.
(D) come from different sociocultural backgrounds and have different identities.
(E) should not accept any appearance or reinforcement of stereotypes.

4. (2024)

Text CB4A1

When parties to a private law dispute are based in different countries, or the facts and issues giving rise to the dispute cross national borders, questions of private international law arise. In which country's courts should the parties litigate their dispute? Which country's law should be applied to resolve it? How can the judgment be enforced in another country? Private international law is the body of domestic law that supplies the rules used to determine these questions.

Problems of private international law are by no means a recent phenomenon. The conditions that give rise to problems of private international law date from at least the fourth century BC. The problems are, however, becoming more difficult and increasingly pervasive because modern technologies challenge the territorial premise on which the existing rules of private international law have been developed.

In this respect, the advent of the Internet in the late 1980s has been a catalyst of socio-economic change that has posed significant challenges for private international law. More recent innovations, such as crypto-tokens and distributed ledgers, add novel and arguably intractable problems to these existing challenges.

The British Law Commission has a project that particularly focuses on crypto-tokens, electronic bills of lading, and electronic bills of exchange. This is because these assets are prevalent in market practice, whilst also posing novel theoretical challenges to the methods by which issues of private international law have traditionally been resolved.

Internet: <lawcom.gov.uk> (adapted)

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

1. (2024)

Quanto ao Direitos da criança e do adolescente à Saúde, é **correto** afirmar que

(A)se as gestantes ou mães manifestarem interesse em entregar seus filhos para adoção, poderão ser encaminhadas à Justiça da Infância e da Juventude, após as advertências legais e a assinatura de termo de responsabilidade, nos termos do artigo 13, §1o, do Estatuto da Criança e do Adolescente.

(B)os hospitais e demais estabelecimentos de atenção à saúde da gestante, públicos e particulares, deverão disponibilizar os prontuários médicos pelo período de 10 (dez) anos, nos termos do artigo 10, inciso I, do Estatuto da Criança e do Adolescente.

(C)há prioridade máxima estabelecida por lei ao atendimento de crianças de até seis anos completos com suspeita ou confirmação de violência de qualquer natureza pelo serviço de saúde e de assistência social, nos termos do artigo 13, §2o, do Estatuto da Criança e do Adolescente, sem prejuízo de outras providências legais.

(D)a proteção do direito à saúde se inicia com o atendimento pré e perinatal, a justificar o disposto no art. 8o, §10, do Estatuto da Criança e do Adolescente, voltado à gestante e à mulher com filho na primeira infância que se encontrem sob custódia em unidade de privação de liberdade, e que dispõe sobre o cumprimento do calendário vacinal.

(E)a vacinação das crianças e dos adolescentes é obrigatória nos casos recomendados pelas autoridades sanitárias, nos termos do artigo 14, §1o, do Estatuto da Criança e do Adolescente.

2. (2024)

Em qual período da gestação os profissionais de saúde garantirão sua vinculação ao estabelecimento em que será realizado o parto de acordo com o segundo parágrafo do artigo 8º do ECA?

(A)No primeiro trimestre.

(B)No último semestre.

(C)No último trimestre.

(D)No primeiro quadrimestre.

(E)No primeiro semestre.

3. (2024)

A Semana Nacional de Prevenção da Gravidez na Adolescência, estabelecida pelo ECA, deve ser realizada anualmente com o objetivo de disseminar informações sobre medidas preventivas e educativas. Em qual data, de acordo com o ECA, deve incluir a semana?

(A)25 de janeiro.

(B)13 de março.

(C)24 de outubro.

(D)06 de junho.

(E)1º de fevereiro.

4. (2024)

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, complete **correta**mente a lacuna.

Incumbe ao poder público fornecer gratuitamente, àqueles que necessitarem,_____ habilitação ou reabilitação para crianças e adolescentes, de acordo com as linhas de cuidado voltadas às suas necessidades específicas.

(A)medicamentos, órteses, próteses e outras tecnologias assistivas relativas ao tratamento,

(B)equipamentos esportivos, materiais didáticos e recursos audiovisuais adequados ao aprendizado,

(C)consultas médicas especializadas, medicamentos, sessões de terapia ocupacional e intervenções cirúrgicas necessárias,

(D)assistência psicológica, apoio pedagógico e acompanhamento nutricional individualizado e medicamentos,

(E)programas de atividades recreativas, viagens de estímulo cultural e ingressos para eventos esportivos,

5. (2024)

Enquanto seus pais trabalham, Alex, de 12 anos de idade, toma conta dos irmãos menores e se incumbe de várias tarefas domésticas, como arrumar a cama, banhar e alimentar os irmãos. A isso somam-se seus deveres escolares, o que acaba por privá-lo de um período para brincar e se divertir. Ao abordar os direitos fundamentais da criança e do adolescente, o Estatuto da Criança e do Adolescente caracteriza o brincar como

(A)uma atividade desejável, mas não fundamental, para a criança.
(B)um direito desejável da criança que não se aplica a famílias carentes.
(C)um direito fundamental da criança, incluído em Direito à liberdade.
(D)um conceito relativo que pode estar embutido nas atividades escolares.
(E)um direito inalienável da criança até os 10 anos de idade.

6. (2024)

Gabriel tem 10 anos e estuda em uma escola regular de ensino fundamental. Na semana passada, ele foi ridicularizado pelo monitor dessa escola. Com base no art. 18-B do Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), esse funcionário está sujeito a

(A)reclusão de um a dois anos e pagamento de multa.
(B)pagamento de multa, demissão e encaminhamento para tratamento psicológico.
(C)advertência verbal e prisão domiciliar, de acordo com a gravidade do caso.
(D)advertência e encaminhamento a tratamento psicológico ou psiquiátrico, de acordo com a gravidade do caso.
(E)demissão e prestação de serviço à comunidade.

7. (2024)

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) abarca um conjunto de direitos a serem assegurados às crianças e adolescentes. Entre os aspectos destacados em um dos direitos, estão brincar, praticar esportes e divertir-se. Esses aspectos estão relacionados ao direito à/ao:

(A)respeito.
(B)liberdade.
(C)proteção.
(D)educação.
(E)assistência.

8. (2024)

Baseado na Lei Nº 8.069/1990, a ação de natureza disciplinar ou punitiva aplicada com o uso da força física sobre a criança ou o adolescente que resulte em sofrimento físico ou lesão é chamado de

(A)violência psicológica.
(B)castigo físico.
(C)violência sexual.
(D)tratamento cruel ou degradante.
(E)violência moral.

9. (2024)

Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente, a criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sendo-lhes assegurado, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade. Considerando esses preceitos, julgue as afirmativas seguir:

I- A família e os pais têm o dever de zelar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor.

II- O direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, não abrangendo a preservação da imagem, que compete aos pais.

III- A criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis.

IV- A criança e o adolescente têm o direito de serem educados e cuidados sem o uso de castigo físico ou de tratamento cruel ou degradante, como formas de correção, disciplina, educação ou qualquer outro pretexto, pelos pais.

Está **CORRETO** o que se afirma em

(A)I e II, apenas.
(B)II e III, apenas.
(C)II e IV, apenas.
(D)III e IV, apenas.
(E)I e IV, apenas.

DIREITO CONSTITUCIONAL E DIREITOS HUMANOS

1. VUNESP - 2024

A respeito dos direitos fundamentais, assinale a alternativa correta.

(A) Para que a intervenção do legislador no âmbito de proteção dos direitos fundamentais seja compatível com a Constituição Federal, é preciso que observe, obrigatoriamente, a reserva legal qualificada.

(B) O direito à vida pode ser classificado como um direito fundamental que é dotado exclusivamente de dimensão subjetiva, a qual se expressa tanto de forma negativa (defensiva) quanto positiva (prestacional).

(C) O direito fundamental à liberdade de locomoção é de titularidade restrita dos brasileiros natos ou naturalizados, não se aplicando aos estrangeiros.

(D) Não se admitem restrições indiretas aos direitos fundamentais expressamente previstos na Constituição Federal.

(E) Os direitos fundamentais vinculam os órgãos administrativos em todas as suas formas de manifestação e atividades.

2. VUNESP - 2024

É correto afirmar que os limites dos direitos fundamentais

(A) são aqueles encontrados na própria Constituição, tais como o direito à inviolabilidade de correspondência, temporária e excepcionalmente suspensa por força de estado de defesa e de sítio.

(B) inexistem, posto que alçados pelo legislador constituinte ao patamar de direitos absolutos.

(C) decorrem, exclusivamente, da aplicação da reserva do possível.

(D) podem ocorrer, desde que por decisão colegiada no Supremo Tribunal Federal.

3. IDECAN - 2024

Considere o excerto a seguir:

O preconceito racial é tema que traz grande interesse da população em geral, bem como da comunidade jurídica. A temática ganha maior notoriedade quando da promulgação da Constituição Federal do Brasil de 1988, a qual estabelece já em seu início, como fundamentos da República Federativa do Brasil a promoção do bem de todos sem preconceitos de origem, raça sexo, cor, idade e qualquer outras formas de discriminação.

SANTOS, Rodolfo Moreira. Os crimes de injúria racial e racismo [...]. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2021. p. 9

No inciso XLII de seu Artigo 5º, o dispositivo legal mencionado pelo autor estabelece que a prática do racismo constitui crime

(A) afiançável e prescritível, sujeito à multa, nos termos da lei.

(B) afiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei.

(C) inafiançável e prescritível, sujeito à pena de detenção, nos termos da lei.

(D) inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei.

4. IDECAN - 2024

A Constituição Federal de 1988 garante, independentemente de censura ou licença, a livre expressão da:

(A) atividade intelectual, artística, científica e de comunicação.

(B) atividade civil, paramilitar, sindical ou partidária.

(C) de reunião associativa para fins religiosos, ilícitos ou filosóficos.

(D) intimidade, da honra e da imagem das pessoas.

(E) crença religiosa, ideológica e da intimidade das pessoas.

5. FUNDATEC - 2024

Considerando os termos do que prevê a Constituição Federal de 1988 relativamente aos direitos e deveres individuais e coletivos, analise as assertivas abaixo e assinale V, se verdadeiras, ou F, se falsas.

( ) É livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença.

( ) Pertence aos autores o direito exclusivo de utilização, publicação ou reprodução de suas obras, transmissível aos herdeiros pelo tempo que a lei fixar. ( ) É plena a liberdade de associação para fins lícitos, não sendo vedada a de caráter paramilitar.

( ) É assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional.

A ordem correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é:

(A) V – V – F – V.
(B) V – F – V – F.
(C) F – V – F – F.
(D) F – F – V – V.
(E) F – V – F – V.

6. FGV - 2024

Após amplos debates, foi editada a Lei federal nº X, que buscou coibir a atuação de grupos armados civis em detrimento do Estado de Direito. Para tanto, considerou essa conduta infração penal, bem como que seria tida como (I) inafiançável, (II) imprescritível e (III) insuscetível de graça ou anistia.

Esse diploma normativo foi muito comemorado por certos setores do ambiente sociopolítico e duramente criticado por outros; a divisão de opiniões decorria de visões distintas em relação à proporcionalidade, ou não, das medidas de coibição adotadas, e sua compatibilidade com os direitos fundamentais.

Sobre a hipótese apresentada, considerando os balizamentos estabelecidos pela Constituição da República, assinale a afirmativa **correta.**

(A) Apenas a medida I decorre de previsão constitucional.
(B) Apenas as medidas I e II decorrem de previsão constitucional.
(C) Por se tratar de infração política, a conduta não poderia ser tipificada como infração penal.
(D) As medidas descritas em I, II e III afrontam o princípio constitucional de individualização da pena.
(E) O legislador infraconstitucional possui liberdade de conformação para definir as infrações penais que serão alcançadas pelas medidas descritas em I, II ou III.

7. FCC - 2024

Em conformidade com a Constituição Federal, os tratados internacionais sobre direitos humanos

(A) não serão equivalentes, em nenhuma hipótese, às emendas constitucionais.
(B) serão equivalentes às emendas constitucionais, desde que aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em um único turno, por três quintos dos votos dos respectivos membros.
(C) serão equivalentes às emendas constitucionais, desde que aprovados, em qualquer uma das Casas do Congresso Nacional, em três turnos, por dois quintos dos votos dos respectivos membros.
(D) serão equivalentes às emendas constitucionais, desde que aprovados, em um único turno, por maioria absoluta dos votos dos membros do Congresso Nacional.
(E) serão equivalentes às emendas constitucionais, desde que aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros.

8. CEBRASPE (CESPE) - 2024

No que concerne a mandado de segurança, ação popular e ação civil pública, assinale a opção **correta.**

(A) A ação civil pública é de legitimidade ativa exclusiva do Ministério Público e tem como objetivos a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos.
(B) O mandado de segurança é a medida cabível para proteger direito líquido e certo não amparado por habeas corpus ou habeas data quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do poder público.
(C) A isenção de custas judiciais concedida em favor do autor da ação popular não atinge o quantum relativo aos ônus da sucumbência em nenhuma hipótese.

1. FCC - 2024
Considere os seguintes princípios e descrições:

Princípios	Descrições
I. Indisponibilidade do interesse público. **II.** Supremacia do interesse público. **III.** Continuidade do serviço público.	1. Envolve a possibilidade, nos termos da lei, de constituir terceiros em obrigações mediante atos unilaterais. 2. Importa que o próprio órgão que representa os interesses, não os titula, cabendo-lhe apenas a curadoria, segundo a *intentio legis*. *3.* Consagra a ideia de que a Administração Pública é fruto da submissão do Estado à Lei e somente conforme ela pode ser exercida.

Representa a associação entre princípios e descrições:
(A) I - 1 e III - 2
(B) I - 2 e II - 1.
(C) II - 3 e III - 1.
(D) I - 3 e II - 2.
(E) I - 1 e III - 3

2. CEBRASPE (CESPE) - 2022
Quanto aos princípios da administração pública, assinale a opção **correta.**
(A) O acesso à informação é faceta do princípio da publicidade, cuja concretização se esgota no direito a obter certidões e na ação de habeas data.
(B) Uma das facetas do princípio da legalidade, a reserva de lei para reger determinadas matérias nem sempre implica necessidade absoluta de lei ordinária, pois, mesmo em áreas de aplicação rigorosa do princípio, como o direito tributário, admite-se, por exemplo, instituição de tributo por medida provisória.
(C) A adequação, um dos elementos que conformam o princípio da proporcionalidade, significa que o ato administrativo será inválido, por ofensa a esse princípio, se o próprio ato não for apto a atingir, por inteiro, a finalidade à qual se dirija.
(D) Em decorrência do princípio da segurança, candidatos empossados em cargo público em virtude de tutela de urgência não devem ser afastados do cargo caso o Poder Judiciário leve tempo demasiado para julgar o processo, mesmo que a tutela seja revogada.
(E) O princípio da supremacia do interesse público implica que o interesse privado é intrinsecamente oposto ao interesse público, pois, em sua atuação, o poder público limita a esfera privada de direitos e impõe-lhe ônus como, por exemplo, o de pagar tributos.

3. FGV - 2024

No âmbito dos processos administrativos, há um princípio que costuma ser apontado como aquele que os distingue dos processos judiciais, na medida em que compreende o poder - dever de instaurar, conferir andamento e rever a decisão administrativa, independentemente de provocação do interessado.

A passagem acima faz referência ao princípio da(do):

(A) segurança jurídica;
(B) oficialidade;
(C) ampla defesa e do contraditório;
(D) devido processo legal;
(E) razoabilidade.

4. CEBRASPE (CESPE) - 2022

A necessidade de ser expressamente indicada na lei a atividade a ser exercida, descentralizadamente, pela entidade da administração indireta evidencia a obediência ao princípio

(A) do controle.
(B) da impessoalidade.
(C) da reserva legal.
(D) da especialidade.
(E) da segurança jurídica.

5. FCC - 2021

Distinguem-se as atividades materiais e as manifestações de vontade da Administração Pública porque

(A) das primeiras não decorrem efeitos jurídicos, enquanto as manifestações de vontade vinculam e responsabilizam a Administração Pública.
(B) as primeiras podem ser classificadas como atos administrativos de efeitos concretos, enquanto as manifestações de vontade são exaradas no contexto dos negócios jurídicos firmados com a Administração Pública.
(C) as primeiras podem ser fatos administrativos e, embora possam produzir efeitos jurídicos, não veiculam manifestação de vontade da Administração Pública, característica dos atos administrativos.
(D) as primeiras não estão sujeitas a controle por parte da Administração Pública e de órgãos externos, considerando que de sua prática não decorrem efeitos jurídicos ou impacto na esfera jurídica dos administrados.
(E) as primeiras são sempre unilaterais, enquanto as manifestações de vontade da Administração Pública são bilaterais, complexas ou compostas.

6. FGV - 2023

Janderson e Rosângela são amigos de longa data e estavam estudando juntos para certo concurso público em âmbito federal, quando decidiram se aprofundar na temática atinente ao decreto autônomo, concluindo ambos corretamente que se trata da edição de ato normativo pelo Presidente da República

(A) para a fiel execução da lei.
(B) que não tem qualquer respaldo constitucional.
(C) que é considerado contrário à lei.
(D) que não pode impor obrigações nem restringir direitos.
(E) que inova no ordenamento jurídico e busca o seu fundamento de validade diretamente na Constituição.

7. CEBRASPE (CESPE) - 2021

A delegação de poder de polícia em favor de sociedade de economia mista

(A) prestadora de serviço público ou explorada da atividade econômica é viável desde que autorizada por lei.
(B) atuante na iniciativa privada, em concorrência com outras empresas, é viável desde que em igualdade de condições.
(C) é viável mesmo se adotado o regime celetista para as relações de trabalho no âmbito da empresa.
(D) é viável desde que para atos desprovidos de coercibilidade.
(E) é viável desde que para atos meramente preparatórios e instrutórios.

8. CEBRASPE (CESPE) - 2024

A entidade da administração indireta cuja área de atuação deve ser definida mediante lei complementar é o(a)

(A) partido político.
(B) autarquia.
(C) fundação pública.
(D) empresa pública.
(E) sociedade de economia mista.

1. (2023)

No âmbito da responsabilização administrativa, à luz do disposto na Lei no 9.605/98, aquele que, por negligência ou dolo, pontualmente, opuser embaraço à fiscalização dos órgãos do SISNAMA estará sujeito à penalidade de

(A) multa simples.
(B) demolição de obra.
(C) multa diária.
(D) embargo de obra ou atividade.
(E) suspensão total ou parcial da atividade.

2. (2023)

São formas de interpretação da lei penal quanto ao sujeito

(A) a histórica e a sistemática.
(B) a legislativa e a jurisprudencial.
(C) a sistemática e a declaratória.
(D) a restritiva e a extensiva.
(E) a declaratória e a analógica.

3. (2023)

O jogador Vinícius Júnior foi expulso, no dia 21/05/2023, em partida de futebol realizada contra o Valencia pelo campeonato espanhol, após reagir a ofensas racistas perpetradas por torcedores do time rival. Ao longo da partida, foi possível ouvir constantes gritos de "macaco!" advindos da torcida do Valencia e direcionados ao atacante brasileiro. A polícia de Madri recolheu impressões digitais e vestígios genéticos de várias pessoas envolvidas no ato. Afora isso, as autoridades locais rastrearam placas de veículos automotores que transitaram próximo ao estádio. Diante da investigação da polícia madrilenha, chegou-se à autoria em relação a determinados indivíduos.

Considerando a narrativa fática, é correto afirmar que a lei penal brasileira:

(A) poderá ser aplicada às infrações penais que ocorrerem fora do território nacional, devendo ser observado o princípio da territorialidade mitigada;
(B) poderá ser aplicada às infrações penais que ocorrerem fora do território nacional, devendo ser observado o princípio da nacionalidade ativa, podendo-se afirmar que nesta hipótese a extraterritorialidade é condicionada;
(C) poderá ser aplicada às infrações penais que ocorrerem fora do território nacional, devendo ser observado o princípio da representação, podendo-se afirmar que, nessa hipótese, a extraterritorialidade é incondicionada;
(D) poderá ser aplicada às infrações penais que ocorrerem fora do território nacional, devendo ser observado o princípio da justiça penal universal, bem como a hipótese legal decorrente do princípio da defesa que é verificada quando o delito é praticado por estrangeiro contra brasileiro, podendo-se afirmar que, em ambos os casos, teremos extraterritorialidade incondicionada;
(E) poderá ser aplicada às infrações penais que ocorrerem fora do território nacional, devendo ser observado o princípio da justiça penal universal, bem como a hipótese legal decorrente do princípio da defesa que é verificada quando o delito é praticado por estrangeiro contra brasileiro, podendo-se afirmar que, em ambos os casos, teremos extraterritorialidade condicionada.

4. (2023)

Considerando os modelos de conceituação de ação, assinale a opção correta.

(A) De acordo com o modelo estratégico de ação, esta é um ato de fala, traduzido na forma de um discurso, com pretensão de validade.
(B) De acordo com o modelo causal de ação, esta consiste no movimento corpóreo que produz modificação no mundo exterior, o que permite diferenciar crimes comissivos e omissivos, bem como crimes materiais, formais e de mera conduta.
(C) De acordo com o modelo finalista de ação, esta consiste na conduta dirigida a um fim ou objetivo, o que permite segmentar a conduta em objetiva e subjetiva, contudo seu elemento essencial não é o objetivo do sujeito, mas a dirigibilidade dos meios causais usados a fim de

atingir o objetivo.

(D) De acordo com o modelo social de ação, cujo principal formulador é o alemão Günther Jakobs, a ação é uma conduta socialmente irrelevante, ou seja, incapaz de ser objeto de um juízo de valor ou intervir no círculo jurídico de outrem, o que permite excluir de seu conceito fatos ou fenômenos que independam da vontade do sujeito.

(E) De acordo com o modelo funcional de ação, o elemento central da ação é a base material da conduta, o que permite a análise do crime como lesão a bem jurídico.

5. (2022)

Fernando estava sentado no banco de uma praça, jogando dominó quando visualizou uma pessoa com capacete e viseira escura fechada e que gesticulava, dando mostras de irritação. De repente, essa pessoa correu em sua direção e Fernando, acreditando que seria atacado, precipitadamente, pegou uma pedra e arremessou contra o desconhecido. Devido a sua má pontaria, Fernando errou o homem e acertou uma criança, que passava pelo local. A criança faleceu em decorrência da pedrada. Nesse momento, o homem tirou o capacete e Fernando o reconheceu. Era Roberto, seu primo. Como não se viam há muito tempo, Roberto queria apenas lhe dar um abraço acalorado quando correu em sua direção.

Considerando o disposto no Código Penal, assinale a opção **correta**, acerca da situação hipotética apresentada.

(A) Fernando será isento de pena, pois, em aberratio ictus, agiu em legítima defesa putativa escusável, apta a excluir a potencial consciência sobre a ilicitude do fato determinada pela teoria limitada da culpabilidade.

(B) Fernando, em aberratio ictus, poderá ser responsabilizado pelo homicídio culposo, com pena diminuída de um sexto a um terço, pois agiu em legítima defesa putativa, em razão do erro profano inescusável indireto, verificada pela teoria do erro orientada às consequências.

(C) Fernando, em aberratio criminis, poderá ser responsabilizado pelo homicídio culposo com pena minorada, pois agiu em erro de tipo essencial escusável, incidindo- se a teoria extremada da culpabilidade.

(D) Fernando, em aberratio ictus, não poderá ser responsabilizado penalmente, pois agiu em legítima defesa putativa, diante do erro profano escusável indireto, com incidência da teoria dos elementos negativos do tipo.

(E) Fernando, em aberratio ictus, poderá ser responsabilizado pelo homicídio culposo, diante do erro de tipo permissivo vencível, que exclui o dolo, mas não a culpa, em atenção à teoria limitada da culpabilidade.

6. (2022)

Autor é aquele que realiza ação típica ou alguns de seus elementos previstos na lei penal. A contribuição causal deve estar subsumida ao conteúdo descritivo do tipo. A autoria é determinada pelo momento de execução de uma ação típica, enquanto as formas de participação são entendidas como causas de extensão da punibilidade.

Considerando-se as teorias aplicáveis ao concurso de pessoas, é **correto** afirmar que o texto precedente trata do conceito

(A) subjetivo de autor.

(B) residual ou extensivo de autor.

(C) finalista ou objetivo-subjetivo de autor.

(D) restritivo ou objetivo-formal de autor.

(E) unitário ou monista de autor.

7. (2022)

Os agentes A e B praticaram um assalto contra a vítima X, que tinha dezessete anos de idade na data do fato. Durante o assalto, A aproveitou-se da situação de coação da vítima X e, contra a vontade desta, com ela praticou conjunção carnal, enquanto B, sabendo da intenção de A, ficou vigiando o local, sem, entretanto, assistir ao ato sexual.

Nessa situação hipotética,

(A) A praticou roubo circunstanciado e estupro simples, enquanto só responderá por roubo circunstanciado.

(B) A praticou roubo circunstanciado e estupro qualificado, enquanto B só responderá por roubo circunstanciado.

(C) A e B responderão por roubo circunstanciado e estupro simples.

(D) A e B responderão por roubo circunstanciado e estupro qualificado, mas B responderá apenas como partícipe do crime de estupro.

(E) A e B responderão por roubo circunstanciado e estupro qualificado.

1. (2024)

Acerca do inquérito policial, assinale a opção **correta**.

(A) É incabível o oferecimento de denúncia pelo Ministério Público sem a anterior instauração do competente inquérito policial.

(B) É cabível o arquivamento do inquérito policial pela autoridade policial, desde que cabalmente demonstrada a atipicidade da conduta ou a inexistência do fato.

(C) A autoridade policial poderá, de ofício, realizar novas diligências sobre o mesmo fato, mesmo após o arquivamento do inquérito policial pelo Ministério Público.

(D) É incabível ao ofendido ou ao indiciado a requisição de diligências durante a tramitação do inquérito policial, haja vista a natureza administrativa desse procedimento investigatório.

(E) Em regra, nos crimes de ação penal privada, concluído o inquérito policial, o caderno apuratório será entregue de ofício ao ofendido, mediante traslado.

2. (2023)

O prazo para conclusão do inquérito policial, quando o indivíduo tiver sido preso em flagrante pela prática de furto simples, mas lhe for concedida a liberdade provisória na audiência de custódia, é de

(A) 5 dias improrrogáveis.

(B) 30 dias prorrogáveis por um único período de igual duração.

(C) 10 dias improrrogáveis.

(D) 30 dias improrrogáveis.

(E) 30 dias prorrogáveis por prazos sucessivos, desde que o fato seja de difícil elucidação.

3. (2022)

Considerando que tenha sido instaurado inquérito policial que ainda se encontra em curso, assinale a opção **correta** acerca das funções do delegado.

(A) Cabe à autoridade policial arbitrar fiança nos delitos punidos com pena máxima não superior a cinco anos.

(B) Finalizadas as investigações e concluído o inquérito policial, a autoridade policial pode determinar o arquivamento do feito.

(C) É vedado ao delegado representar ao juiz para a instauração de incidente de insanidade mental, sob pena de invasão da competência do Ministério Público.

(D) Cabe ao delegado aceitar ou rejeitar a colaboração de detetive particular.

(E) Ao elaborar o relatório final do inquérito, a autoridade policial deverá manifestar-se acerca do mérito da prova colhida.

4. (2022)

Considere-se que, ao tomar conhecimento de que a arma de um crime estaria na residência de Júlia, o delegado dirigiu-se imediatamente até o local para realizar a busca e apreensão do objeto.

Na situação hipotética apresentada,

(A) se Júlia não permitir a entrada do delegado em sua casa, ele poderá usar a força e arrombar a porta.

(B) sendo dia ou noite, o delegado só poderá entrar na residência de Júlia se ela consentir.

(C) sendo dia, eventual mandado judicial é prescindível, visto que o delegado realizará a diligência pessoalmente.

(D) sendo noite, a entrada do delegado na residência de Júlia configura abuso de autoridade, com cominação de pena em dobro.

(E) se houver flagrante, o delegado poderá ingressar na casa de Júlia, mas, se a arma do crime estiver com o advogado dela, o objeto não poderá ser apreendido.

5. (2024)

Graziela criou um perfil de rede social falso e passou a proferir injúrias contra seus desafetos. Após regular investigação que identificou Graziela como autora das ofensas, Amanda e Vanessa, vítimas, ajuizaram queixa-crime em desfavor de Graziela. Contudo, após a sentença condenatória e na pendência de julgamento, Amanda perdoou Graziela.

Sobre o caso hipotético narrado, assinale a afirmativa **correta**.

(A) O perdão importa em perempção da queixa-crime.

(B) Diante do princípio da indivisibilidade da ação penal privada, o perdão concedido por Amanda alcança Vanessa.

(C) O perdão de Amanda só surte efeitos se concedido nos autos do processo.

(D) Graziela deve ser intimada a aceitar o perdão, valendo o silêncio como aceitação tácita.

(E) O perdão não enseja a extinção da punibilidade, pois concedido após a sentença condenatória.

6. (2024)

Após praticar determinado crime, João, preocupado em ser preso, procurou o auxílio de um advogado, que lhe sugeriu a celebração de um acordo de não persecução penal com o órgão acusatório, orientando-o sobre o instituto processual.

Considerando as disposições do Código de Processo Penal, é **corret**o afirmar que:

(A) não sendo caso de arquivamento e tendo o investigado confessado formal e circunstancialmente a prática de infração penal sem violência ou grave ameaça e com pena máxima inferior a quatro anos, o Ministério Público poderá propor acordo de não persecução penal, desde que necessário e suficiente para reprovação e prevenção do crime;

(B) se considerar inadequadas, insuficientes ou abusivas as condições dispostas no acordo de não persecução penal, o juiz deverá reformulá-lo, com a concordância do Ministério Público, do investigado e de seu defensor;

(C) o acordo de não persecução penal é aplicável aos crimes praticados contra a mulher por razões da condição de sexo feminino, em favor do agressor, salvo em caso de reincidência em crime doloso;

(D) a celebração e o cumprimento do acordo de não persecução penal constarão de certidão de antecedentes criminais para todos os fins legais, ressalvada eventual reabilitação;

(E) no caso de recusa, por parte do Ministério Público, em propor o acordo de não persecução penal, o investigado poderá requerer a remessa dos autos a órgão superior.

7. (2024)

Lucas, estudante de direito, resolveu apresentar seu trabalho de conclusão de curso sobre as ações penais de iniciativa privada, cotejando a temática com as hipóteses de perempção previstas na legislação processual.

Com base nas disposições do Código de Processo Penal, é **corret**o afirmar que se considerará perempta a ação penal quando:

(A) falecendo o querelante ou sobrevindo sua incapacidade, não comparecer em juízo, para prosseguir no processo, dentro do prazo de trinta dias, qualquer das pessoas a quem couber fazê-lo;

(B) o querelante deixar de comparecer, mediante justificativa idônea, a qualquer ato do processo a que deva estar presente;

(C) iniciada esta, o querelante deixar de promover o andamento do processo durante quinze dias seguidos;

(D) sendo o querelante pessoa jurídica, esta se extinguir, deixando sucessor;

(E) o querelante deixar de formular o pedido de condenação nas alegações finais.

8. (2022)

Magda é servidora pública federal, trabalhando como professora em instituição de Ensino Superior mantida pela União no Estado do Rio de Janeiro. Magda vem a ser vítima de ofensa à sua honra subjetiva em sala de aula, sendo chamada de “piranha” e “vagabunda” por Márcio, aluno que ficara revoltado com sua reprovação em disciplina ministrada por Magda.

Nessa situação, assinale a afirmativa **correta**.

(A) Magda só pode ajuizar queixa-crime contra Márcio, imputando-lhe crime de injúria.

(B) Magda só pode oferecer representação contra Márcio, imputando-lhe crime de injúria.

1. CEBRASPE (CESPE) - 2024

Com base no Código Penal Militar (CPM), considera-se crime militar, em tempo de paz, o crime

(A)praticado por militar em serviço contra militar da reserva, reformado ou civil, somente em lugar sujeito à administração militar.

(B)praticado por militar em situação de inatividade, em lugar sujeito à administração militar, contra militar da reserva, reformado ou civil.

(C)cometido por militar estadual em situação de atividade contra militar na mesma situação, mesmo fora de lugar sujeito à administração militar.

(D)doloso contra a vida, cometido por militar contra civil, sendo invariavelmente da competência do tribunal do júri.

(E)praticado por militar fora do período de manobras ou exercício contra militar da reserva, reformado ou civil.

2. CEBRASPE (CESPE) - 2023

2)Considerando-se a distinção entre crime comum e crime militar, é **correto** afirmar que ocorre crime comum no caso de

(A)um civil cometer roubo de valores pertencentes a empresa privada depositados em posto do Banco do Brasil situado em área sob a administração militar.

(B)um civil, fora de lugar sujeito à administração militar, praticar crime contra militar que esteja no desempenho de serviço de vigilância por determinação legal superior.

(C)um militar integrante da reserva remunerada ter cometido descaminho e, no momento de abordagem policial realizada por militares, apresentar-se como policial militar e exibir carteira funcional para evitar revista do seu automóvel.

(D)um policial militar exigir vantagem indevida de um civil, em função de abordagem de rotina realizada em veículo cuja documentação esteja irregular.

(E)um civil praticar crime contra as instituições militares e contra o patrimônio sob a administrativa militar, seja em tempo de guerra, seja em tempo de paz.

3. CEBRASPE (CESPE) - 2023

Conforme a lei penal militar, consideram-se crimes militares em tempo de paz

I. os definidos de modo diverso na lei penal comum, ou nela não previstos, desde que o sujeito ativo seja militar, salvo disposição especial.

II. os que, embora também estejam previstos com igual definição na lei penal comum, forem praticados por militar em situação de inatividade contra militar na mesma situação.

III. os que forem dolosos contra a vida e praticados por militares das Forças Armadas contra civil no contexto de cumprimento de atribuições que lhes forem estabelecidas pelo Presidente da República ou pelo Ministro de Estado da Defesa.

Assinale a opção **correta**.

(A)**Apenas** o item I está certo.

(B)**Apenas** o item II está certo.

(C)**Apenas** o item III está certo.

(D)**Apenas** os itens I e II estão certos.

(E)**Apenas** os itens II e III estão certos.

4. FGV - 2022

Sobre os crimes militares, em especial os crimes militares contra a flora, assinale a afirmativa **correta**.

(A)Conforme previsão legal expressa, os institutos despenalizadores da Lei nº 9.099/1995 aplicam-se aos crimes militares.

(B)A partir da edição da Lei 13.491/2017, tornou-se possível que a Justiça Militar processe e julgue militar pelos crimes previstos na Lei nº 9.605/1998 que trata de sanções penais de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente.

(C)É crime de perigo abstrato o ato de soltar balões que possam provocar incêndio nas florestas e demais formas de vegetação.

(D)Os crimes militares contra a flora são de competência exclusiva da Justiça Militar da União, visto que se trata de bem sob responsabilidade e tutela da União.

(E)Compete ao Conselho de Justiça processar e julgar crimes militares cometidos por civis.

5. CEBRASPE (CESPE) - 2022

Assinale a opção em que a conduta correspondente a um tipo penal determinado será considerada crime militar, conforme a lei penal castrense.

(A)Civil que furta material bélico de batalhão de polícia militar.

(B)Cabo fardado, porém fora de serviço, que agride verbalmente esposa civil em sua residência.

(C)Capitão que, na função de professor de instituição de ensino superior privada, comete assédio sexual contra estudante.

(D)Sargento que, valendo-se da condição de policial militar, integra organização criminosa, ainda que o crime esteja previsto em lei penal comum.

(E)Soldado com porte de drogas ilícitas para consumo pessoal em sua residência

6. VUNESP - 2021

No que concerne ao conceito de superior, é **correto** afirmar que o Código Penal Militar, para efeito de aplicação da lei penal militar, considera

(A)expressamente a figura do superior hierárquico, fazendo a distinção entre Praças e Oficiais.

(B)superior hierárquico o militar que, em virtude da função, posto ou graduação, exerce autoridade sobre outro de igual situação funcional.

(C)superior o militar que, em virtude da função, posto ou graduação, exerce autoridade sobre Pelotão, Companhia ou Batalhão.

(D)superior o militar que, em virtude da função, exerce autoridade sobre outro de igual posto ou graduação.

(E)a figura do superior hierárquico e funcional, fazendo a distinção entre ambos, por meio de definição autêntica.

7. VUNESP - 2020

A Lei nº 13.491/2017 alterou o art. 9º do Código Penal Militar e promoveu uma ampliação da competência da Justiça Militar. Ao lado dos crimes propriamente militares e impropriamente militares, a referida legislação instituiu os crimes militares por extensão.

Diante do exposto, é **correto** afirmar que o Código Penal Militar considera crime militar, em tempo de paz,

(A)aquele cometido por militar em situação de atividade que utilize armamento de propriedade militar.

(B)entre outros, o previsto na legislação penal comum, quando praticado por militar em serviço.

(C)todo aquele previsto na legislação penal comum, independentemente do sujeito ativo.

(D)todo aquele praticado por militares federais ou estaduais em situação de atividade.

8. FCC - 2019

Em operação conjunta de garantia da Lei e da Ordem, de iniciativa do Presidente da República, com militares do Exército e membro da Polícia Militar estadual, ocorre a morte de um civil. Existem indícios da prática de um crime doloso contra a vida, sendo que há suspeita da participação de um soldado do Exército Brasileiro e um soldado da Polícia Militar estadual neste fato. Nesse caso, é **correto** afirmar que a competência para o eventual julgamento é

(A)da Justiça Militar da União, para o Militar do Exército, e da Justiça Militar dos Estados, para o Policial Militar estadual.

(B)do Tribunal do Júri, para ambos.

(C)da Justiça Federal, para o Militar do Exército, e do Tribunal do Júri, para o Policial Militar estadual.

(D)da Justiça Militar da União, para ambos, em razão da conexão.

(E)da Justiça Militar da União, para o Militar do Exército, e do Tribunal do Júri, para o Policial Militar estadual.

9. VUNESP - 2018

Considerando o artigo 9º do Decreto-Lei nº 1.001/69 (Código Penal Militar) e suas alterações dadas pelas leis nº 9.299/96 e nº 13.491/17, é **correto** afirmar que

(A)os crimes militares em tempo de paz, quando dolosos contra a vida e cometidos por militares das Forças Armadas contra civil, serão da competência da Justiça Militar da União somente se praticados no contexto de ação que envolva a segurança de instituição militar ou de missão militar, mesmo que não beligerante.

(B)consideram crimes militares, em tempo de paz os crimes de que trata o Código Penal Militar, quando definidos de modo diverso na lei

CÓDIGO DE PROCESSO PENAL MILITAR

1. VUNESP - 2022

Nos termos do Código de Processo Penal Militar, compete à polícia judiciária militar

(A) apurar os crimes militares e comuns, excetuando-se aqueles que por lei especial estão sujeitos à jurisdição militar.

(B) solicitar das autoridades civis as informações e medidas que julgar úteis à elucidação das infrações penais, que esteja a seu cargo.

(C) requisitar das autoridades judiciárias militares, a prisão preventiva e a prisão temporária do indiciado.

(D) apurar, por meio de sindicância, todas as responsabilidades civis e administrativas decorrentes ou não dos Inquéritos Policial-Militares.

(E) requisitar da polícia civil e das repartições técnicas civis as pesquisas e exames necessários ao complemento e subsídio das sindicâncias e dos inquéritos policial- militares.

2. FGV - 2022

Sobre as normas que regem o inquérito policial militar, é **correto** afirmar que

(A) não havendo dúvida sobre a inocorrência de fato típico, antijurídico e culpável, a instauração de inquérito policial militar é ilegal, podendo ser remediado através de habeas corpus.

(B) o policial militar de graduação superior atuará como encarregado do inquérito policial militar, sendo tal função indelegável.

(C) a polícia judiciária militar não pode representar pelo reconhecimento de insanidade mental do indiciado, pois trata-se de atribuição do Ministério Público a ser exercida após o recebimento da denúncia.

(D) em regra, o sigilo do inquérito policial militar é vedado, tendo em vista o princípio constitucional da transparência.

(E) o arquivamento do inquérito policial militar é definitivo, obstando a instauração de outro que investiga os mesmos fatos.

3. FGV - 2022

Sobre a prisão cautelar, assinale a assertiva **correta.**

(A) A detenção provisória pode ser determinada pelo Encarregado do Inquérito Policial Militar por até 30 dias nos crimes propriamente militares e nos crimes impropriamente militares.

(B) No crime de homicídio doloso ou culposo, o Encarregado do Inquérito Policial Militar pode determinar a detenção do indiciado.

(C) Apesar da previsão do Código de Processo Penal Militar, o ordenamento constitucional não admite prisão cautelar pelo Encarregado do Inquérito Policial Militar.

(D) A detenção provisória pode ser determinada pelo Encarregado do Inquérito Policial Militar por até 20 dias no caso dos crimes impropriamente militares.

(E) O Encarregado do IPM poderá determinar a detenção do indiciado até 30 dias, prorrogáveis por mais 20, durante as investigações policiais, comunicando imediatamente à autoridade judiciária competente, apenas nos casos de crime propriamente militar.

4. CEBRASPE (CESPE) - 2022

Em janeiro de 2017, policiais militares em serviço apreenderam fuzis e revenderam para traficantes de drogas, de modo que foi instaurado inquérito para apurar crime de comércio ilegal de arma de fogo (art. 17, caput, da Lei n.º 10.826/2003). Considerando essa situação hipotética, assinale a opção **correta** com base no advento da Lei n.º 13.491/2017 e na jurisprudência majoritária do Superior Tribunal de Justiça.

(A) A autoridade policial deve declinar de imediato da sua atribuição e remeter ao órgão com atribuição perante a Justiça Militar, porém se desentranhando os atos investigatórios anteriormente praticados, que devem ser refeitos devido ao princípio constitucional da irretroatividade da lei mais gravosa.

(B) A autoridade policial deve declinar de imediato da sua atribuição, remeter ao órgão com atribuição perante a Justiça Militar, e os atos investigatórios praticados anteriormente per-

manecem válidos, não se aplicando o princípio constitucional da irretroatividade da lei mais gravosa.

(C) A autoridade policial deve prosseguir com as investigações, mas os atos investigatórios praticados anteriormente devem ser refeitos devido ao princípio constitucional da irretroatividade da lei mais gravosa.

(D) A autoridade policial deve prosseguir com as investigações, pois a Lei n.º 13.491/2017 não se aplica aos policiais militares, mas tão somente aos militares das Forças Armadas.

(E) A autoridade policial deve prosseguir com as investigações, e os atos investigatórios praticados anteriormente permanecem válidos, não se aplicando o princípio constitucional da irretroatividade da lei mais gravosa.

5. VUNESP - 2023

No que concerne à ação penal militar, é **correto** afirmar que:

(A) há previsão, no Código de Processo Penal Militar, de ação penal pública condicionada à requisição do Ministro da Justiça ou do Ministro da Defesa.

(B) para o Código de Processo Penal Militar, a ação penal militar será sempre pública e incondicionada.

(C) há previsão, no Código de Processo Penal Militar, de ação penal pública condicionada à representação do ofendido.

(D) o Código de Processo Penal Militar proíbe a possibilidade de ação penal pública condicionada.

(E) o Código de Processo Penal Militar proíbe a possibilidade de ação penal privada subsidiária da pública.

6. CEBRASPE (CESPE) - 2022

Acerca do inquérito policial militar, da ação penal militar e da denúncia, assinale a opção **correta.**

(A) De ofício, portaria poderá iniciar o inquérito penal militar, desde que não se tome como base denúncia anônima.

(B) O inquérito deverá terminar dentro do prazo de dez dias, contados a partir do dia seguinte em que se executar a ordem de prisão, ou, quando o indiciado estiver solto, no prazo de quarenta dias, contados a partir da data em que se instaurar o inquérito.

(C) O magistrado poderá retificar a denúncia no momento de seu recebimento.

(D) Servidor da polícia militar ou do corpo de bombeiros militar que for investigado em inquérito policial militar e demais procedimentos extrajudiciais cujo objeto seja a investigação de fatos relacionados ao uso da força letal no exercício profissional poderá constituir defensor no prazo de até 24 horas, a contar do recebimento da citação.

(E) Se o acusado estiver solto, a denúncia deverá ser oferecida dentro do prazo de quinze dias; se ele estiver preso, deverá ser oferecida denúncia dentro do prazo de cinco dias, contados da data do recebimento dos autos para aquela finalidade.

7. IDECAN - 2022

Maria Dolores foi acusada da prática de crime militar, porém a denúncia não veio acompanhada do rol de testemunhas de acusação. Logo, trata-se de:

(A) denúncia completamente inepta.

(B) denúncia completamente apta, pois o rol de testemunhas somente é obrigatório na fase do interrogatório do réu.

(C) denúncia inepta, exceto se o Ministério Público dispuser de prova documental suficiente para oferecer a denúncia.

(D) mera notícia-crime apresentada contra o réu, e não formalmente de denúncia.

(E) denúncia apta, exceto se o Juiz entender que o rol de testemunhas é indispensável para a defesa do réu, no que deverá determinar o aditamento da peça inicial.

8. INSTITUTO AOCP - 2022

Referente ao Código de Processo Penal Militar (CPPM), assinale a alternativa **INCORRETA.**

(A) Não obstante o CPPM não trate do assunto, a ação penal privada subsidiária, por ter fundamento constitucional, aplica-se também aos crimes militares.

(B) Vige, na ação penal militar, o princípio da indisponibilidade, segundo o qual, apresentada a denúncia, o Ministério Público não poderá desistir da ação penal.

(C) Nos processos em que seu cônjuge for diretamente interessado, o juiz dar-se-á por suspeito e, se o não fizer, poderá ser recusado por qualquer das partes.

1. VUNESP - 2023

O juiz declarará a ausência de pessoa que desapareça do seu domicílio sem dela haver notícia, se não houver deixado representante ou procurador a quem caiba administrar-lhe os bens. Sobre a ausência, é correto afirmar que

(A) decorridos três anos da arrecadação dos bens do ausente, ou se ele deixou representante ou procurador, em se passando dois anos, poderão os interessados requerer que se declare a ausência e se abra provisoriamente a sucessão.

(B) o cônjuge do ausente, sempre que não esteja separado judicialmente, ou de fato por mais de um ano antes da declaração da ausência, será o seu legítimo curador.

(C) a sentença que determinar a abertura da sucessão provisória só produzirá efeito com o trânsito em julgado; mas, com a publicação pela imprensa, proceder-se-á à abertura do testamento, se houver, e ao inventário e partilha dos bens, como se o ausente fosse falecido.

(D) não comparecendo herdeiro ou interessado para requerer o inventário até trinta dias depois de passar em julgado a sentença que mandar abrir a sucessão provisória, proceder-se-á à arrecadação dos bens do ausente.

2. FGV - 2022

Humberto desapareceu do seu domicílio na cidade de Anápolis, sem que houvesse notícias do seu paradeiro, deixando procurador e testamento. Decorridos três anos do seu desaparecimento, sua esposa, casada com Humberto sob o regime de comunhão parcial de bens, e seus filhos propuseram a competente ação de ausência e requereram a abertura da sucessão provisória, pleiteando a imissão na posse dos bens do ausente.

Sobre o caso, é correto afirmar que:

(A) para serem imitidos na posse provisória dos bens de Humberto, os herdeiros deverão prestar garantia de restituição;

(B) o descendente, o ascendente e o cônjuge devem capitalizar todos os frutos e rendimentos auferidos dos bens cuja posse receberem;

(C) os imóveis do ausente não poderão ser dados em hipoteca nem alienados, salvo em virtude de desapropriação;

(D) o sucessor excluído da posse provisória pode alegar a falta de meios para que lhe seja entregue metade dos rendimentos do quinhão que lhe tocaria;

(E) ainda que o ausente venha a aparecer, não terá direito a reaver dos sucessores sua parte nos frutos e rendimentos.

3. CEBRASPE (CESPE) - 2022

De acordo com a classificação dos atos e fatos jurídicos, o dever de indenizar terceiro por danos causados em estrito cumprimento de dever legal possui a natureza jurídica de

(A) negócio jurídico.

(B) ato unilateral.

(C) ato jurídico stricto sensu.

(D) ato fato jurídico.

(E) fato jurídico stricto sensu.

4. FGV - 2024

Leandro celebrou contrato com Márcia, para que ela, representando-o, vendesse seu apartamento localizado em Taubaté, repassando-lhe o dinheiro e prestando-lhe contas após a venda. Para a venda, Leandro fixou um preço mínimo, que deveria ser pago em no máximo dez prestações.

Durante a divulgação do imóvel em várias plataformas de compra e venda, diversas pessoas procuraram Márcia interessadas em adquirir o imóvel pelo preço anunciado. Dentre elas, algumas chegaram até a oferecer valor superior ao qual Leandro exigia pelo imóvel. A despeito disso, Márcia aproveitou a chance para ela própria comprar o imóvel, que sempre a interessou.

Nesse caso, a compra e venda é

(A) válida, pois Márcia adquiriu o imóvel pelo preço autorizado.

(B) anulável, porque não havia autorização da lei ou de Leandro para a compra do imóvel por Márcia.

(C) nula, porque o negócio foi concluído pelo representante em conflito de interesses com o representado.
(D) válida, pois ao outorgar o mandato à Márcia, por si só, Leandro tacitamente a autorizou a adquiri-lo.
(E) inexistente, pois a aquisição do imóvel por Márcia não era e não tinha como ser do conhecimento de Leandro quando foi celebrada.

5. FGV - 2023

No dia 29/02/2020, Maria da Penha compra um imóvel da Construtora Lar Paraíso Ltda. Os pagamentos são previstos da seguinte forma: entrada em quinze dias corridos, intermediária dali a um ano e parcela final em meados de fevereiro de 2023.

Nesse caso, à luz do Código Civil, as parcelas têm vencimento, respectivamente, em:

(A) 14/03/2020; 28/02/2021 e 15/02/2023;
(B) 14/03/2020; 01/03/2021 e 15/02/2023;
(C) 15/03/2020; 28/02/2021 e 14/02/2023;
(D) 15/03/2020; 01/03/2021 e 14/02/2023;
(E) 15/03/2020; 01/03/2021 e 15/02/2023.

6. FGV - 2023

Abel, advogado, firmou contrato com sua cliente, Edna, por meio do qual se obrigou a prestar serviços de consultoria e representação judicial e extrajudicial, por prazo indeterminado.

Na minuta assinada por ambas as partes, ajustou-se que o pagamento dos honorários contratuais estaria vinculado à venda de um dos bens imóveis de Edna, considerando que ela o colocara à venda, na proporção de 10% sobre o seu valor.

Após 3 (três) anos de prestação de serviço, com diversas consultorias prestadas, atuando na defesa processual de Edna em diversas ações, Edna diz a Abel que desistiu de vender o imóvel anunciado, por questões de foro íntimo.

Diante dos fatos, Abel solicitou uma reunião para repactuar sua remuneração, mas Edna decidiu revogar o mandato, informando que nada lhe é devido porque decidiu não vender o bem durante esse tempo.

Sobre o fato apresentado, assinale a afirmativa correta.

(A) A cláusula de pagamento dos honorários revela condição suspensiva de eficácia da obrigação, razão pela qual não pode ser considerada verificada, porque não houve a venda do bem.
(B) É defesa a cláusula de pagamento que estipulou a condição suspensiva atrelada à venda do imóvel, porque se revelou puramente potestativa.
(C) O ato de revogação do mandato, realizado por Edna, é direito subjetivo do mandante, obrigando a parte contrária (mandatário) a sujeitar-se aos seus efeitos, ainda que se possa discutir a remuneração pelo período de vigência do mandato.
(D) O contrato firmado entre as partes tem natureza de negócio jurídico bilateral que, na classificação da teoria dos fatos jurídicos, é espécie de ato jurídico em sentido estrito.
(E) O negócio pode ser anulado por lesão, na medida em que é possível verificar que, desde o início, Edna teve a intenção manifesta de prejudicar Abel, aproveitando-se de seus serviços, para causar-lhe dano futuro.

7. FGV - 2022

A Lig Suprimentos Ltda. firmou uma confissão de dívida perante a SMA Informática S/A, tendo por objeto a quantia de RS 150.000,00. Uma das cláusulas da confissão de dívida estabelecia que o pagamento da dívida se daria em data a ser definida por credor e devedor. Com o passar do tempo, a SMA Informática S/A tentou por diversas vezes fixar a data para pagamento, mas a Lig Suprimentos Ltda. nunca concordava. A mencionada cláusula contém uma condição:

(A) suspensiva simplesmente potestativa;
(B) resolutiva puramente potestativa;
(C) suspensiva contraditória;
(D) resolutiva simplesmente potestativa;
(E) suspensiva puramente potestativa.

8. VUNESP - 2021

Se, num negócio jurídico, for prevista uma condição potestativa que venha a perder esse caráter em razão de um acontecimento que venha a dificultar sua realização, terá surgido uma condição

(A) perplexa.
(B) fisicamente impossível.

(C) promíscua.
(D) mista.
(E) casual.

9. FGV - 2022

Renato, filho do diretor-geral da D.U., procura Romualdo, senhor idoso e com problemas de saúde, sócio-gerente da Fruve Ltda., para convencê-lo a desistir da concorrência que a Fruve vinha mantendo com a D.U. em determinado certame licitatório. Para isso, ameaçou revelar para a esposa de Romualdo que ele mantivera um relacionamento extraconjugal. Amedrontado, já que sempre foi muito cioso com relação à sua reputação como marido, Romualdo cedeu e formalizou a renúncia da Fruve à concorrência.

Nesse caso, é correto afirmar que:

(A) a ação de nulidade da renúncia pode ser proposta em face de Renato e de seu pai, se este tivesse ou devesse ter conhecimento da coação;

(B) proposta a ação de anulação da renúncia, a coação deve ser apreciada subjetivamente, de acordo com as características de Romualdo e as circunstâncias capazes de agravar a coação;

(C) se o pai de Renato tivesse ou devesse ter conhecimento da coação, o negócio jurídico de renúncia será anulado e somente ele deverá indenizar Romualdo em perdas e danos;

(D) a renúncia formalizada por Romualdo é nula, pois foi concluída com o emprego de exercício abusivo de direito;

(E) Romualdo tem o prazo de quatro anos para pleitear a anulação da renúncia, prazo que começa a correr a partir da data da celebração do negócio jurídico.

10. FGV - 2024

O Hospital Sua Saúde move ação de cobrança de despesas hospitalares de Roseli Silva, requerendo o pagamento de todas as despesas referentes à internação e tratamento de Augusto César, já falecido.

Em sua defesa, Roseli Silva alega que, na qualidade de empregada/cuidadora do falecido Augusto César, o acompanhou em sua internação no Hospital Sua Saúde, pois Augusto César passou mal durante a madrugada e nenhum dos filhos conseguiria chegar em tempo hábil para acompanhar o pai ao hospital. Afirma que assinou a documentação exigida e disponibilizada pelo Hospital, na qualidade de acompanhante, sem ter conhecimento de que estaria assumindo obrigações por despesas médico- hospitalares de seu empregador. Ao contrário, afirma que foi informada que a assinatura dos documentos era apenas para viabilizar a internação.

Diante da situação hipotética narrada, assinale a opção que indica, corretamente, o negócio jurídico celebrado entre Roseli Silva e o Hospital Sua Saúde.

(A) É válido, pois a responsabilização pelo pagamento das despesas consta do contrato assinado.

(B) É anulável por erro essencial quanto à natureza do negócio e ao objeto principal da declaração.

(C) É anulável por estado de perigo, no prazo decadencial de quatro anos.

(D) É anulável por dolo, no prazo decadencial de dois anos.

(E) É nulo, pois configura coação moral absoluta.

11. FGV - 2024

Rebeca, grafiteira amadora de 17 anos, costuma mostrar seus trabalhos em rede social. O Restaurante D Ltda. solicitou orçamento, por meio da sua plataforma, para que Rebeca realizasse seu trabalho em uma parede do estabelecimento. Antes de apresentar uma proposta, Rebeca se dirigiu ao Restaurante D Ltda. para conhecer o espaço. Ali, encontrou o administrador da sociedade, que, surpreso com a aparência jovem da artista, perguntou sua idade. Rebeca informou que tinha 19 anos e estimou seu serviço no valor de R$40.000,00 (quarenta mil reais).

Mesmo tendo recebido metade do valor contratado de forma antecipada, Rebeca não retornou ao estabelecimento na data ajustada. Ao entrar em contato por meio da rede social, o *Restaurante D Ltda*. foi informado, por Laura, que se identificou como mãe da artista, que Rebeca era menor de idade e, por isso, não podia ser contratada para o serviço. Sobre o valor antecipado, Laura disse que desconhecia tal montante.